JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

GDOC nº 369/2022 - SEFIN

A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

Quanto à obrigatoriedade de divulgação da IRP, registra-se que o Decreto nº 7.892/2013, com a alteração trazida pelo Decreto nº 8.250/2014, abrandou tal exigência, como se observa a partir da leitura do seguinte dispositivo legal:

Art. 4º (...)

§1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador. (Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2014).

Assim, vislumbra-se que, embora seja regra a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades do SISG, em razão da finalidade de tal procedimento, é perfeitamente cabível o seu afastamento, desde que haja justificativa adequada.

No caso desta Secretaria, optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da necessidade de dar início a fase externa do certame com maior celeridade possível, tendo em vista a necessidade de prover soluções modernas de tecnologia da informação e comunicação à esta Fazenda Pública.

Isto porque, o processo licitatório iniciou-se pelos ditames da Lei nº 8.666/93 e da Lei 10.520/2002, sendo que a publicação do edital após a data de 30/12/2023 implicará na obrigatoriedade da adoção da Lei nº 14.133/2021, o que poderá impactar no andamento das demais fases do certame.

É oportuno salientar que esta aquisição fortalecerá o Tesouro Municipal, mediante o incremento da arrecadação dos tributos municipais, a partir da redução da inadimplência e da sonegação, conformadas por medidas eficazes de justiça fiscal.

Belém, 22 de dezembro de 2023.